

PATRIMÔNIO, HISTÓRIA E ENSINO: PERCURSOS EPISTEMOLÓGICOS NA HISTÓRIA ENSINADA

HERITAGE, HISTORY AND EDUCATION: EPISTEMOLOGICAL COURSES TAUGHT IN HISTORY

Jaqueline Ap. M. Zarbato¹

RESUMO

Este artigo pretende abordar as reflexões da educação patrimonial como contributo nas aulas de história da Educação Básica. Para tal, metodologicamente este artigo estrutura-se em realizar a análise sobre as concepções teóricas que norteiam a Educação Patrimonial como campo de estudo, assim como a dinâmica que imprime a produção do conhecimento histórico. Analisando o imbricamento entre as concepções patrimoniais e o ensino de história, pontuando desta maneira, a experiência realizada com estudantes de uma escola pública, no interior de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Ensino de história. Alfabetização histórica.

ABSTRACT

This article aims to address the reflections of heritage education as a contribution in the Basic Education history lessons. To this end, methodologically this article is structured to perform the analysis of the theoretical concepts that guide heritage education as a field of study, as well as the dynamics that prints the production of historical knowledge. Analyzing the interweaving of the equity concepts and teaching history, punctuating this way, the experiment conducted with students from a public school in the interior of MatoGrosso do Sul.

Keywords: Heritage education. Teaching history. Historical literacy

“Folheava o livro *Photographias de Lisboa 1900*, de Marina Tavares Dias, quando parei numa imagem que tinha algo de muito familiar — e, ao mesmo tempo, algo de profundamente distante das minhas memórias. É uma fotografia de um chafariz de pedra, daqueles

¹ Professora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo grande, MS, Brasil. Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: jaqueline.zarbato@gmail.com

que existem em várias zonas de Lisboa. Mas havia neste qualquer coisa que eu reconheceria mesmo que apenas o vislumbrasse: olhei para ele todos os dias durante pelo menos 20 anos. O chafariz da Rua de Entrecampos fica junto à casa onde cresci, encostado à linha do comboio e, hoje, em frente do edifício da EDP que um dia ali despontou, demasiado grande para tudo o que o rodeava. Na parede de um dos seus “braços” estão cartazes de publicidade antigos — Licor Cointreau, Aguas Fuente Nueva, Odol, o melhor para os dentes. E, à frente, duas carroças com grandes rodas de madeira, puxadas por burros e carregadas até ao limite com trouxas de roupa lavada. Montadas em cima das trouxas, as lavadeiras saloias, de saias compridas e lenços na cabeça, lançam ao fotógrafo um olhar entre a curiosidade e a suspeita”.²

Começo este artigo com a crônica Rua entrecampos, Portugal em que o autor narra a partir de suas lembranças, exaltadas num livro de fotografias, as minúcias e as táticas cotidianas de um tempo e a relação com o patrimônio cultural e das estratégias culturais das pessoas que circulavam na rua entrecampos, em Portugal. E então perpasso o olhar para o contexto cultural brasileiro, e para as nossas cidades, praças, ruas, lugares, edificações, e as muitas lembranças e histórias escondidas ou silenciadas nas ‘vielae’, nos casarões, nas fotografias, que remontam o entrelaçar de diferentes culturas que fundamentam o patrimônio cultural brasileiro.

Abordar a importãnciado patrimônio e memória na constituição da história no Brasil, nos remete a inserção nos anos 1930, no governo de Vargas, com a institucionalização do SPHAN (Sistema de Patrimônio Artístico e Nacional), posteriormente chamado de IPHAN (Instituto Nacional de Patrimônio Artístico Nacional), os quais possuem o intuito de preservar, difundir, produzir conhecimento sobre os elementos patrimoniais, cultura material e imaterial e educação patrimonial. As determinações sobre a preservação, socialização e difusão do patrimônio cultural material e imaterial, baseiam-se nas transformações ao longo do tempo, a partir do decreto-lei n 25, de 20 de novembro de 1937, promulgado pelo presidente Getúlio

2 CrônicaRua entrecampos, Portugal. Disponível em <https://www.publico.pt/local/noticia/quando-a-minha-rua-era-uma-aldeia-1716448>. Acessado em 08/07/2016

Vargas; bem como da difusão do artigo 216 da constituição de 1988, e a divulgação do decreto-lei n 3.551 de 04 de agosto de 2000, que “ institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Mas, esses patrimônios, materiais e imateriais, a quem importa preservar? Descreve que histórias e memórias?

Essas e outras inquietações emergem ao nos debruçarmos sobre a relação entre o patrimônio cultural e a história ensinada, por isso, enveredamos por analisar essas questões a partir da metodologia da Educação patrimonial. As ações com a Educação patrimonial visaram apontar principalmente práticas culturais que estão ficando obsoletas nos diálogos entre os membros de uma mesma região. Assim como os elementos patrimoniais, como monumentos que representam as identidades de determinados grupos culturais.

Assim, a partir de um projeto de pesquisa³, realizamos, a investigação sobre a importância do patrimônio cultural no ensino de história, compreendendo a necessidade de fundamentar as práticas de preservação, manutenção de elementos patrimoniais a partir de diferentes interpretações de textos, fontes, imagens, narrativas e ações educativas. Visamos analisar a concepção patrimonial não como um elemento homogeneizador das práticas culturais, mas como um referencial histórico relacionado a memória de diferentes grupos e sua contribuição na história das pessoas, das cidades, das próprias crianças, uma vez que reconhecer os espaços históricos e a relação com a sua vida, contribui para a formação da consciência histórica.

A Educação Patrimonial, tradução do *Heritage Education* – expressão inglesa, surge no Brasil em meio a importantes discussões da necessidade de se aprofundar o conhecimento e a preservação do Patrimônio Histórico-Cultural. Foi exatamente em 1983 que se iniciam efetivamente as ações de Educação Patrimonial por ocasião do 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, no Museu Imperial de Petrópolis, RJ. O princípio básico da Educação Patrimonial: Trata-se de um processo

³ O projeto de pesquisa: Recontando a história de Tres Lagoas/MS: narrativas e utilizações da Educação Patrimonial nas aulas de história, está sendo desenvolvido desde 2014. Assim, realizamos entrevistas, seleção de imagens e textos sobre a história regional e a relação com a cidade, saídas de campo com os estudantes da escola pública com a fundamentação da Educação Patrimonial.

permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. (HORTA, 2004)

A Educação Patrimonial, que foi instituída pelo IPHAN, visa provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, com o conhecimento apropriado fundamentar com os estudantes, diferentes análises sobre a sua própria vida pessoal e coletiva, configura-se como “um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica-temporal em que está inserido” (HORTA, 2004, p 34).

Neste processo da produção do conhecimento do patrimônio histórico, as motivações se dão pela compreensão de que memória queremos legar aos grupos e os elementos culturais que serão lembrados. Assim, ao propor a metodologia da educação patrimonial concebemos a necessidade de inserir as discussões sobre as modificações no espaço urbano; nas ruas; nos bairros e até mesmo no sentimento de pertencimento e de compartilhamento de costumes e tradições herdadas dos grupos culturais. Deste modo, a educação patrimonial pode nos auxiliar a entender quem somos, o que fazemos e para onde vamos, mesmo que não nos identifiquemos com o que este bem patrimonial evoca. A preservação do patrimônio histórico está ligada a questão da cidadania, fato que “implica em reconhecer que, como cidadãos, temos o direito à memória, mas também o dever de contribuir para a manutenção desse rico e valioso acervo cultural de nosso país” (ORIÁ, 2005, p.140).

Ao fundamentar a abordagem sobre cultura e patrimônio na história ensinada, envolve-se os elementos vinculados a função propedêutica da história, respondendo as lacunas impostas em diferentes períodos históricos sobre a representatividade de diferentes saberes históricos. Cultura histórica não é mais do que a consciência histórica no nexo prático da vida. Com este termo, condicionalidades, funções objetivas e, com elas, práticas da vida social são adicionadas aos elementos subjetivos da consciência no campo de visão da didática da história. (Rusen, 2012, 130)

A ‘percepção’ da experiência histórica, de desvendamento da mutação temporal do mundo externo e interno, de uma sensibilidade para a diferença pessoal ou para a alteridade. O exemplo é o museu histórico, pois utilizamos um modelo interpretativo específico do

curso de tempo. A cultura como formação de sentido sempre tem efeito sobre as realizações da vida prática humana e também pode ser ali identificada.

Por este viés a Educação histórica agrega as complexidades da análise da formação de sentido, fundamentadas por Rusen(2014) quando aponta as dimensões das práticas culturais e suas narrativas. A análise do patrimônio pode envolver as três dimensões da cultura histórica:

estética: trata-se do percebido, daquilo que é significativo no histórico. Inter relação entre as formas de representação e as funções de orientação, constituição histórica de sentido. b) Cognitiva: trata de ciência trata-se das diretrizes de interpretação e os métodos de elaboração da experiência.c) político-moral ou prático: contém o político, o técnico, o moral – inter relações ente as carências de orientação cultural.

O entrelace entre as dimensões na produção do sentido histórico apresenta a cultura histórica como processo de aprendizado, nesses tempos em que as pessoas não se reconhecem mais nos lugares em que habitam,em que tudo é fluído, em que a democratização, massificação, mediatização, no dizer de Pierre Nora (1981, p. 7), provoca uma “oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio”. Realidade que Horta (2005, p.12) definiu como “agnosia social”, a incapacidade de reconhecer o universo que nos rodeia devido a carência de habilidades de interpretação, representação e reconhecimento desta realidade, pertencentes ao pensamento e a memória.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico- temporal em que está inserido. Os patrimônios culturais, segundo Gonçalves (2002. p.121-122):

são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em 'patrimônio'. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de 'representação', que funda a memória e a identidade. (...) Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público.

AÇÃO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: INVESTIGAÇÃO E APRENDIZAGEM HISTÓRICA NA ESCOLA BÁSICA

Ao investigar as dimensões do patrimônio e a relação com a aprendizagem histórica, adotamos a metodologia da educação patrimonial, atentando para os objetivos históricos estabelecidos, os pressupostos teóricos que fundamentam a instituição e os públicos alvos da ação pedagógica. Entretanto, mesmo compreendendo que ao longo de nossa configuração histórica, os patrimônios são determinados por alguns grupos, que por sua vez, destacam quais as edificações, prédios, festas e tradições são concebidos como bens patrimoniais, buscamos a partir das práticas educativas a inserção de outras interpretações sobre os bens patrimoniais. Isso porque, a preservação, conservação e conhecimento histórico só é possível deslocando o conceito de pertencimento, inserindo-o nas efetivas atuações, apropriações e circulação sobre cada elemento patrimonial. Desta maneira, defende-se que:

[...] o Patrimônio Cultural de uma sociedade, de uma região ou de uma nação é bastante diversificado, sofrendo permanentes alterações, e nunca houve ao longo de toda a história da humanidade critérios e interesses permanentes abrangentes voltados à preservação de artefatos do povo, selecionados sob qualquer ótica que fosse (LEMOS, 1987, p.21).

Seguindo essa perspectiva de defender a diversificação de fontes e artefatos históricos, assim como os diferentes usos, adaptações e apropriações dos bens patrimoniais pelas pessoas. Logo, ao propor a abordagem da educação patrimonial prima-se por construir uma análise educacional, conscientizadora, de forma coletiva, com a finalidade de provocar o envolvimento e conhecimento cultural, valorizando o patrimônio histórico e suas manifestações culturais. Para Dias (2006, p. 73), uma das características mais relevantes do patrimônio é “ser tomado como referência para a construção de identidades culturais pelas mais diversas estruturas sociais e mesmo pelos cidadãos, em nível individual, de forma a converter-se no capital simbólico da sociedade”. Esse fator é um elemento social de grande caráter subjetivo e, como tal, esteve exposto a importantes manipulações em função de determinados interesses, de fundo político ou ideológico, para justificar alguns fatos históricos, reclamar territórios ou explicar teorias de fundo nacionalista, entre outras.

Desta forma, envolve práticas educativas que contribuam para o reconhecimento da diversidade cultural no espaço ao qual se vive, em que cada manifestação cultural passa a ter significação social. Com essa concepção, o patrimônio cultural brasileiro circunscreve-se a valorização de bens patrimoniais considerados diversos. Assim, como destaca Horta (1999, p 07), no “Guia Básico de Educação Patrimonial”:

Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelam os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade.

Neste processo de inserção do patrimônio cultural no ambiente escolar, buscamos desenvolver com os estudantes a busca de sua identidade através da herança cultural no qual o representa. Isso porque, a educação patrimonial promove um melhor aprendizado para a questão cultural, despertando o interesse em conhecer as identidades que constituíram as manifestações das histórias e as

composições dos lugares de memória. Um dos elementos que surge neste processo de conhecimento patrimonial, é a investigação sobre a história local, a qual apresenta as diferentes formas de vida, no presente e no passado, circunscritas também nas diretrizes curriculares, tanto que nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

a proposta para os estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais, classificando-os como mais “evoluídos” ou “atrasados”.

A educação patrimonial na Educação Histórica poderia se enquadrar no patamar das experiências e das investigações e contribuir para consolidar a investigação no Ensino de História, porque estimula e eleva a identidade do aluno, pois permite que as suas crenças, os saberes guardados na família, na comunidade, sejam considerados e relativizados frente a outras experiências do passado e do presente. (EHLKE, 2008).

Na aula de história os alunos são confrontados com a ideia de relação entre as pessoas, bem como com as formas como essa relação influenciou a diversidade no passado e no presente. As questões levantadas pelos filósofos da História como Rûsen, bem como pelos investigadores em educação histórica constituem um desafio que aponta para um questionamento de carácter epistemológico e investigativo, no campo da consciência histórica e nas suas ligações com o pensamento histórico dos jovens (2011, p 230)

Logo, inserimos na análise o ato de narrar, compreendido como uma prática. Ele representa um processo específico de formação de sentido, no qual se trata de dar conta de uma experiência temporal mediante interpretação. Desta maneira, “interpretar é a resposta a essa pergunta desafiadora da contingência. Ela relaciona no tempo experimentado com o senso temporal interior, no qual a subjetividade humana se afirma como interação de memoração e expectativa”. (Rusen, 2013, p 183)

Por isso, a importância em fundamentar nossa análise nas concepções da Educação Histórica, uma vez que a mesma reúne elementos que contribuem para que os alunos compreendam que a

História é um conhecimento específico, estando imersa no mundo cotidiano em que os sujeitos se relacionam. Impulsionado pela perspectiva de se repensar a História como utilidade para a vida e também assumir a importância do sujeito no processo de construção do conhecimento, a Educação Histórica surge como uma linha de investigação que pretende analisar, compreender, discutir as premissas em torno da formação histórica dos alunos.

INVESTIGANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL E O PERTENCIMENTO HISTÓRICO

A intenção em problematizar os lugares de memória, assim como os bens patrimoniais locais, visa problematizar as aulas em escolas públicas, em que os professores e estudantes podem ter acesso a outros elementos históricos, para além do conteúdo prescritivo pelas diretrizes curriculares.

A partir dos conhecimentos prévios sobre a cultura dos grupos sociais e seu cotidiano, partimos da concepção da educação patrimonial, de que o reconhecimento contribui para a preservação e manutenção das diferentes identidades de um povo, de uma cultura. E que se os sujeitos não se sentem representados ou mesmo não reconhecem a importância, não se preocupam em preservar os elementos patrimoniais. Com a intenção de fomentar as diferentes representações e interpretações que as crianças possuem sobre o que o patrimônio cultural local e regional configura-se e influência o cotidiano delas.

As ações de ensino e aprendizagem histórica com o uso do patrimônio cultural podem ser utilizadas pelos professores, a partir de roteiros estabelecidos, levando em conta os roteiros, baseadas no Guia de Educação Patrimonial, definido pelo IPHAN⁴. É importante definir alguns elementos para a investigação sobre os monumentos e edificações que são caracterizados como patrimônios regionais e locais. Pesquisar o arquivo histórico municipal estadual, elencar as imagens antigas sobre os monumentos e edificações históricas que poderiam fundamentar a ação de educação patrimonial. A proposta de análise com a educação patrimonial na aula de história, fundamenta-se também a partir das narrativas, em que

4 O Guia de educação Patrimonial está disponível no IPHAN, em que pode-se ser um instrumento que leve a compreensão da ação patrimonial na escola.

possibilita à todos/as conhecer as concepções dos sujeitos (alunos, inclusivamente) sobre:

- a) significados atribuídos ao mundo presente e passado.
- b) sentidos de mudança (progresso ou declínio linear ou complexo, dialética, ciclo, permanências ou rupturas),
- c) papel da História na orientação temporal (relações entre passado, presente e expectativas de futuro) no plano coletivo e no plano individual (como se posiciona o sujeito na História?), d) valores de (inter)culturalidade em situações de diálogo, de tensão ou de conflito. (Barca, 2012, p 39).

Os sentidos e significados sobre patrimônio material e imaterial impulsionaram a reflexão sobre a importância da educação patrimonial estar articulada ao ensino de História. Isso porque, a educação patrimonial contribui para analisarmos os elementos culturais da história local e regional, que sejam atrelados a participação dos grupos sociais do processo de reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio. A preservação da memória é essencial para a valorização da identidade e da cidadania cultural em determinado lugar e situada num determinado tempo histórico. Alguns elementos históricos são definidos como primordiais para a história local, construindo referenciais para a memória coletiva, a qual não é "somente uma conquista, como também um instrumento e um objeto de poder" (Le Goff, 1996)

Nesse processo de valorização da memória coletiva, os monumentos se configuram como legitimadores da rememoração e valorização do passado. E constituem-se como elementos que agregam a política do que deve ser lembrado. Então se esquece que todos têm direito à memória, uma vez que o passado reconstituído justificava a legitimação de determinados conjuntos de interesses. Para Dias (2006, p. 73), uma das características mais relevantes do patrimônio é "ser tomado como referência para a construção de identidades culturais pelas mais diversas estruturas sociais e mesmo pelos cidadãos, em nível individual, de forma a converter-se no capital simbólico da sociedade". Esse fator é um elemento social de grande caráter subjetivo e, como tal, esteve exposto a importantes manipulações em função de determinados interesses, de fundo

político ou ideológico, para justificar alguns fatos históricos, reclamar territórios ou explicar teorias de fundo nacionalista, entre outras.

Desta forma, promover a preservação e valorização desses bens culturais, exige aprofundamento no campo do ensino de História, pois envolve ações educativas que possam viabilizar a aproximação entre os sujeitos que estudam e aprendem, num processo que promova no ambiente escolar uma possibilidade de leitura da memória coletiva, dos monumentos e das relações que se estabelecem entre eles, de forma analítica e crítica. Conforme Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6),

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira compreendida como múltipla e plural.

Segundo o Guia Básico de Educação Patrimonial lançado em 1999 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a Educação patrimonial trata-se de “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural”. (Guia básico de Educação Patrimonial, 1999, p.7).

Aquilatando a questão de se problematizar e situar os alunos no espaço/tempo de dado monumento. A preocupação em contribuir com a reflexão sobre os assuntos da história local pode levar os alunos a refletirem sobre evidência patrimonial. Ao analisar as ideias prévias

e a relação com os conhecimentos produzidos acerca da vivência do seu lugar com o patrimônio da cidade, fundamenta-se para relacionar o lugar com a interculturalidade, o patrimônio, para assegurar que se verifica a progressão dos conhecimentos dos alunos. Como apresenta Helena Pinto (2012, p. 198)

A utilização de fontes patrimoniais no ensino de História, nomeadamente em contexto, não é tão frequente como seria desejável, como mostraram diversos estudos de Educação Histórica. Para que isso se faça de forma consistente, é necessário promover uma educação patrimonial a um nível fundamentado: proporcionar recursos e atividades desafiadoras, usar fontes patrimoniais de forma a contribuir para o desenvolvimento da compreensão dos conceitos históricos pelos alunos e a interpretação dos contributos culturais, sociais e económicos de diversos grupos nas suas comunidades.

A expressão Educação Patrimonial, concebida como uma proposta metodológica e um tipo de ação social, visa analisar os bens culturais como fonte histórica, atrelando a ação direta na vida prática do sujeito, recuperando as conexões entre as gerações, promovendo a apropriação pelas comunidades e pelos estudantes de sua herança cultural, reforçando e desenvolvendo na escola, nos sistemas de educação formal e não-formal, com crianças e adultos...](HORTA, 2000, p. 35). Deste modo, a ação de Educação Patrimonial do IPHAN está estruturada em três eixos de atuação: inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal; gestão compartilhada das ações educativas; instituição de marcos programáticos no campo da Educação Patrimonial. Assim, a educação patrimonial é componente importante nos processos de identificação, reconhecimento e preservação do patrimônio cultural. Pierre Nora (1993, p 07) destaca que:

a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para

que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória.

Atrela o reconhecimento dos 'lugares de memória', das edificações, do sentimento de pertencimento contribui para a preservação e valorização dos bens culturais, mas também exige aprofundamento no campo do ensino de História, pois envolve ações didático-educativas que viabilizam a aproximação entre os sujeitos e suas culturas, num processo que promova no ambiente escolar uma possibilidade de leitura da memória coletiva, dos monumentos e das relações que se estabelecem entre eles, de forma analítica e crítica. Sobre isso, Nora(1993) afirma ainda que:

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. (NORA, 1993, p. 8-9).

Envolver o conhecimento e reconhecimento cultural dos sujeitos históricos na dinâmica da cidade, contribui para que os alunos é um dos primeiros passos da atividade possíveis na aula de história. A investigação a partir do lugar em que vivem, a historicidade sobre a sua comunidade, sua cidade favorece a compreensão do micro para o macro. Ao contextualizar a história da cidade, da comunidade em que os patrimônios estão inseridos, a profusão de imagens, o questionamento sobre a história do lugar, as relações de trabalho, de sociabilidade, as festas relacionadas com cotidiano, as trajetórias e subjetividades das pessoas que habitam o bairro encaminham para diferentes interpretações e narrativas históricas. Este processo de reconhecimento do que se modifica e do que permanece na história local, implicam diferentes sentimentos de pertencimento, de negação e manutenção de memória individual e coletiva.

Assim como a apresentação dos patrimônios histórico-culturais, reconhecer as edificações históricas, explicitando a sua compreensão do que é um patrimônio, o que representa para os alunos, como descrevem e de que maneira podem narrar sua importância para a cidade contribui com a formação da consciência histórica. Uma

possibilidade neste processo de reconhecimento, é favorecida pela concepção da metodologia da Educação Patrimonial, a qual pode levar os professores a utilizarem os objetos culturais na sala de aula ou nos próprios locais onde são encontrados, como peças “chave” no desenvolvimento dos currículos e não simplesmente como mera “ilustração” das aulas.

A abordagem da Educação Patrimonial, permite que os alunos analisem e narrem as concepções sobre uma festa, um saber histórico, uma edificação. Isso porque, “uma edificação ou sítio histórico de caráter exemplar, por seu significado na trajetória de vida de uma sociedade/comunidade e por suas características peculiares de forma, estilo e função” (Iphan, 1999, p 14). De certa forma, alguns edifícios isolados, sítios ou conjuntos de edificações tem um significado especial para a História do Brasil, como marcos na trajetória nacional. Outros tem uma importância regional ou local (Iphan, 1999, p 15). Com essa prerrogativa da importância local, partimos para o centro da cidade de Três Lagoas, identificando a partir da observação direta e do registro por narrativas as diferenças entre os bens culturais.

A lógica da atividade visou a preparação dos alunos em sala de aula para que a visita ao espaço central da cidade permitisse estimular a observação, introduzir a discussão e sensibilizá-los em relação ao meio ambiente que os rodeia. Desta maneira, “aprender através do olhar não é necessariamente simples, desenvolver a habilidade da observação e interpretação do que nos rodeia, auxilia na compreensão do mundo; isto requer tempo, prática e um esforço consciente que precisa ser desenvolvido através de exercícios e tarefas” (Iphan, 1999, p 23)

Ao abordar a historicidade que envolve a construção, preservação, narrativas, e lendas em torno de um bem patrimonial, dialoga-se sobre o reconhecimento das diferentes histórias e memórias, combinamos as possíveis visitas guiadas e a saída de campo com os alunos. Porque é neste processo de reconhecimento, de um olhar aprofundado sobre o que representa para os alunos, da importância de cada narrativa sobre o patrimônio, do que lhe chama a atenção, bem como de que maneira narram o seu entendimento sobre o bem patrimonial.

Com a saída de campo com os alunos, tem-se a proposição do aprendizado da Educação patrimonial, com o método

investigatório, como uma das primeiras capacitações que se pode estimular nos alunos, no processo educacional, desenvolvendo suas *habilidades de observação, de análise crítica, de comparação e dedução, de formulação de hipóteses e de solução de problemas* colocados pelos fatos e fenômenos observado(Horta, 1999, p 03)

Na experiência histórica, trata-se sempre de sentido, mas “sobretudo também dos sentidos como porta de entrada do mundo exterior na subjetividade humana. O tempo é experimentado historicamente, mas não simplesmente como transformação e mudança e sim como uma transformação importante para a vida humana, que possui significado, mais exatamente: que precisa ser dotada de significado para que a vida possa prosseguir na mudança experimentada pelo ser humano e pelo mundo”.(Rüsen, 2013, p 182/183).

Após a visita guiada com o aporte da Educação Patrimonial, os professores podem recorrer ao embasamento histórico, analisando com os alunos a própria constituição das identidades e alteridades de cada bem patrimonial elencado. Logo, visitar e interpretar as narrativas faz parte da metodologia da educação patrimonial nas aulas de história.

Neste processo de abordagem, a memória pode ser um dos elos da ação educativa a partir do patrimônio, pois como segundo Oriá (2005, p 139), “a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas [...], sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história.

As crianças podem perceber a relação entre os lugares de memória, as edificações, os saberes culturais produzidos, além de outros elementos atrelados ao seu cotidiano. Narrar as histórias que envolvem os lugares, com a origem de sua família e as experiências vividas na cidade, os monumentos construídos e destruídos, as praças, as festas do folclore, de carnaval e as sociabilidades. No processo e reconhecimento sobre os bens patrimoniais e o entendimento histórico cada aluno constrói sua interpretação histórica. Como salienta Schmidt(2009) em seu estudo: a “necessidade de se entender a ideia do aluno com uma invenção historicamente determinada,

como sujeitos históricos, reflexivos e capazes de construir conhecimentos e suas próprias identidades”.

A aprendizagem histórica em que o experimentar, interpretar, orientar e motivar são elementos constitutivos permite que os/as alunos/as tenham noções mais elaboradas, com níveis de compreensão do processo histórico mais amplos, em que utilizam suas interpretações no processo de aprendizagem histórica.

A assimilação de conceitos/temas/conteúdos faz parte do processo da experiência histórica. Assim sendo, não há experiência sem interpretação, mas experiência ainda assim é algo diferente da interpretação. Ela exige interpretação, pode modificá-la e até negá-la. Na experiência histórica, trata-se sempre de sentido, mas sobretudo também dos sentidos como porta de entrada do mundo exterior na subjetividade humana. O tempo é experimentado historicamente, mas não simplesmente como transformação e mudança e sim como uma transformação importante para a vida humana, que possui significado, mais exatamente: que precisa ser dotada de significado para que a vida possa prosseguir na mudança experimentada pelo ser humano e pelo mundo. (Rusen, 2013, p 182/183)

Nesse processo de análise, é importante envolver as narrativas seguindo uma premissa proposta por Jorn Rusen (2014), em que se traz à tona um aumento da “experiência do passado humano, tanto como um aumento da competência histórica que dá significado a esta experiência, e na capacidade de aplicar estes significados históricos aos quadros de orientação na vida prática”. A intenção em envolver os estudantes em todo o processo de ensino, traz algumas contribuições para a aula de história, em que é possível perceber as dificuldades dos estudantes em interpretar as fontes históricas, ler as mudanças apresentadas nas imagens, e narrar o processo de manutenção do patrimônio cultural na cidade.

FINALIZANDO A REFLEXÃO...

A interpretação da fonte, bem como a fundamentação em torno das mudanças na cidade e da preservação do patrimônio cultural, permitem a narrativa de diferentes ‘olhares’ sobre as experiências de conhecer melhor a história de sua cidade, relatando as permanências e modificações no cenário urbano. Pode-se dizer que, a proposta permite que a constituição de uma memória histórica avivada

nas pessoas, fazendo-as pesquisar, interpretar, narrar e orientar-se temporalmente. Para Rüsen (2001), o ensino da história deve estabelecer uma relação dinâmica de conhecimento com o passado, o que significa uma interpretação não linear dos acontecimentos, ou seja, as experiências do passado precisam ser interpretadas em consonância com as experiências do presente.

Segundo Schmidt (2009, p. 37), "aprender história significa contar a história, isto é, significa narrar o passado a partir da vida no presente. O principal objetivo é elaborar uma orientação relacionada com a construção da identidade de cada um e, também, organizar a própria atuação nas lutas e ações do presente, individual e coletivamente". E assim, envolve-se a leitura, interpretação e narrativa sobre as fontes. Pois, saber ler fontes históricas diversas, com suportes diversos, com mensagens diversas; saber confrontar as fontes nas suas mensagens, nas suas intenções, na sua validade; saber selecionar as fontes, para confirmação e refutação de hipóteses (descritivas e explicativas); saber entender ou procurar entender o 'nós' e os 'outros', em diferentes tempos, em diferentes espaços; saber levantar novas questões, novas hipóteses a investigar algo que constitui, afinal a essência da progressão do conhecimento. (Barca, 2001, p. 16)

Assim, o ensino de história é confrontado hoje por dois tipos de problemas de narrativa: de um lado, trata-se de uma crítica profunda acerca do domínio da narrativa pelos professores em aulas de história, e sobre a tentativa de pôr em prática, no lugar desta, outras formas narrativas de comunicação. De outro lado, é a teoria da narratividade da teoria da história que devemos ter como referência, quando se trabalha e se toma a relação da dependência entre a didática de história e a ciência da história (Rusen, 2012, p33). Com ele podemos, de fato, descrever exatamente o que é a natureza do pensamento histórico, além de outras formas de pensamento. Ele significa a floresta que não podemos ver por causa das grandes árvores. (Rusen, 2012, p 37). Assim, a narrativa é o processo pelo qual a consciência humana é constituída como consciência história e a história, ao mesmo tempo, é constituída como o conteúdo dessa consciência.

A narrativa está ligada à memória; a memória de sua experiência apresenta a variação temporal da pessoa e seu mundo no passado (que são interpretados em termos de uma experiência do tempo presente). Por meio da narrativa, a experiência do passado

é interpretada como que indicando que, no presente, as mudanças experienciadas ao longo do tempo são entendidas e espera-se, no futuro, a formação de uma perspectiva de ação. Segundo Rösen (1992; 2001), a consciência histórica relaciona “ser” (identidade) e “dever” (ação) em uma narrativa significativa que toma os acontecimentos do passado com o objetivo de dar identidade aos sujeitos a partir de suas experiências individuais e coletivas e de tornar inteligível o seu presente, conferindo uma expectativa futura a essa atividade atual. A memória torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente. A história é uma forma elaborada de memória, ela vai além dos limites de uma vida individual. Trama as peças do passado rememorando em uma unidade temporal aberta para o futuro, oferecendo as pessoas uma interpretação da mudança temporal. (Rösen, 2009, p 164)

O discurso sobre a consciência histórica inclui a racionalidade nos procedimentos de produção de sentido do espírito humano. A memória apresenta o passado como uma força móvel do espírito humano guiado pelos princípios do uso prático, enquanto a consciência histórica representa o passado em um inter relacionamento mais explícito com o presente, guiado por conceitos de mudança temporal e por reivindicações de verdade; ele reforça a especificidade temporal do passado como uma condição para sua relevância no presente. A memória histórica e o pensamento histórico desempenham essa função de formar identidade em uma perspectiva temporal. A identidade está localizada no limite entre origem e futuro, uma passagem que não pode ser abandonada à cadeia natural dos eventos, mas tem que ser intelectualmente compreendida e alcançada. Essa conquista é produzida- pela consciência histórica- através da memória individual e coletiva e pelo evocação do passado no presente. Funde a experiência do passado e as expectativas do futuro em uma imagem do processo temporal. (Rösen, 2009, p175)

Os estudos sobre a aprendizagem histórica seguem uma metodologia científica e analisam desempenhos concretos de alunos, em tarefas cuidadosamente desenhadas, com materiais históricos e instrumentos didáticos. A reflexão e a expressão de um pensamento crítico sobre o patrimônio podem ser estimuladas, nas crianças e jovens a partir da utilização de materiais adequados, inteligíveis e motivadores. Uma das condições é que as experiências de

aprendizagem se desenvolvam com a utilização dos bens culturais originais: monumentos, arquiteturas, fontes de arquivo, peças de museus, sítios arqueológicos, quadros autênticos, etc. A segunda condição é que sejam objeto de observação e de uso para produzir informações. A terceira condição é que esses sejam colocados em relação com o contexto e com a instituição que os tutela. A quarta condição é que se promova a tomada de consciência de que são a minúscula parte de um conjunto muito mais amplo que permite o conhecimento do passado e do mundo, o prazer de conhecer, a fruição estética. As últimas duas condições requerem que se generalize a descoberta do valor dos bens culturais usados e das instituições e dos sujeitos que os tutelam e os estudam.

Deste modo, compreendemos que a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial pode levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

Em suma, buscamos abordar a Educação Patrimonial com seus encaminhamentos metodológicos e que pode contribuir com a formação da consciência histórica, com o uso da observação direta e a análise das “evidências” (aquilo que está à vista de nossos olhos) culturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 52

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do projecto à avaliação. _____. (org.) Para uma educação histórica de qualidade. *Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica*. Braga: Universidade do Minho, 2004, p.131-144.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009

CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. *Revista de História Regional*. 6(2): 93-112, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: Os patrimônios culturais como gênero do discurso. In_ OLIVEIRA, Lucia Lipp (Org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina. MONTEIRO,

Patrimônio, História e Ensino: Percursos... - Jaqueline Ap. M. Zarbato

Adriane Queiroz. *Guia Básico de educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e artístico nacional. (www.iphan.gov.br/bens/P%20Imaterial/imaterial.htm).

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 1990.

LEMOS, Carlos A.C. *O Que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *Revista História da Historiografia*, n.2, p.163-209, mar. 2009.

RÜSEN, Jörn. *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. Práxis Educativa, Ponta Grossa, vol. 1, n° 2, p. 07-16, jul.-dez. 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é esta? In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (org). *Aprender História: perspectivas da educação histórica*. Ijuí: Editora UNIJUI, 2009, p.117-137

Submetido em Setembro 2017

Aceito em Novembro 2017

Publicado em Janeiro 2018